

Outubro, 2019
BPC Policy Brief | V. 9 N. 1

Policy Brief

Cadernos BRICS-Urbe

O problema da Desigualdade de Renda no Brasil: caminhos possíveis



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os papers têm sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo
Rio de Janeiro / RJ / Brasil
Telefone: +55 21 2535-0447
CEP: 22280-020
www.bricspolicycenter.org
bpc@bricspolicycenter.org

BPC Team

DIRETOR
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Lia Frota e Lopes

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Luana Freitas

GERENTE DE PROJETOS E COMUNICAÇÃO
Thalyta Ferraz

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN
Cláudia Soares



**BRICS
Policy Center**
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

BRICS-Urbe

COORDENADOR
Sérgio Veloso dos Santos Júnior

AUTORES
**Andressa Frota
Francine Mangia
João Pedro Assumpção**

BPC Policy Brief V. 9 N. 01 Parte 03 - Agosto-Setembro/2019.

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
ISSN: 2318-1818

44p ; 29,7 cm

1. Brasil. 2. Desigualdades. 3. Sociedade Civil.



Apresentação

Criada no Reino Unido em 1919 como uma disciplina acadêmica formal, Relações Internacionais pode ser entendida como uma espécie de inovação do período do pós Primeira Guerra. Na chave de todas as transformações que marcaram esse período crítico da história recente, a criação dessa nova forma de pensar o mundo representou uma inovação epistemológica, a partir da qual as ciências sociais e humanas passam a ser agrupadas na chave de uma disciplina que nasce com um propósito: lidar com o problema da guerra.

Essa publicação busca recuperar essa razão prática original das RI, mas entendendo que, no mundo de hoje, o principal problema a ser resolvido já não é mais a guerra. Após décadas de expansão e consolidação global da forma neoliberal do capitalismo, a desigualdade, nas suas múltiplas manifestações, emerge como o principal problema de nossa época. Estudos recentes, como os elaborados pela Oxfam em 2015, evidenciam estatisticamente que, desde que se tem notícias, nosso mundo nunca foi tão desigual. A maior parte de toda riqueza produzida e acumulada no mundo de hoje se concentra nas mãos de alguns poucos homens.

Diante desse cenário, convidei alguns alunos de graduação de Relações Internacionais na PUC-Rio a desenvolverem, como exercício final do curso de estudos avançados “Desigualdades e políticas públicas nas sociedades contemporâneas” a refletirem sobre dimensões distintas do problema da desigualdade em um esforço de encontrar formas de resolver esse problema.

Dos textos apresentados, selecionei os três que achei que foram capazes de apresentar reflexões mais profundas e que evidenciassem o engajamento dos alunos com a temática. Ao longo dos três textos, o leitor encontrará jovens graduandos se esforçando não só para compreender as dinâmicas e dimensões das desigualdades em uma perspectiva teórica, mas, acima de tudo, dispostos a situarem a si mesmos no cenário mais amplos das desigualdades, reconhecendo lugares de fala e buscando encontrar saídas para uma problemática que atravessa e impacta a todos nós, mas também de modo desigual.

Sérgio Veloso, Professor de Relações Internacionais da PUC-Rio e coordenador do BRICS-Urbe.



Sumário

1. Introdução	6
2. O problema da Desigualdade de Renda no Brasil	7
3. Caminhos Possíveis	7
4. Desafios	9
5. Conclusão	10
6. Referências Bibliográficas	11

Sumário Executivo

A desigualdade de renda é evidente no Brasil e permanece como uma das mais altas do mundo. O valor ganho pela classe mais pobre é inúmeras vezes menor do que aquele recebido pela classe média e ainda menor em relação aos ganhos da elite. Para compreender melhor as razões dessa hierarquia econômica, devem ser analisadas todas as outras formas de desigualdades que ocorrem e que estão interligadas, as de gênero e de raça são duas das mais fundamentais. Então, a partir dessa perspectiva a respeito do Brasil, o conceito de meritocracia pode ser problematizado e criticado, já que considera outros fatores sociais. A partir dessas questões, serão trabalhados no texto: uma breve contextualização do problema da desigualdade de renda; a conjuntura política brasileira que permite buscar compreender as razões pelas quais é necessário pensar em ações independentes ao Estado; possíveis caminhos alternativos às ações estatais para combater a desigualdade de renda; desafios já existentes e possíveis desafios futuros; e por fim, uma conclusão que traz reflexões e questionamentos.

Palavras Chave

Brasil; desigualdades; sociedade civil.

O Problema da Desigualdade de Renda no Brasil: caminhos possíveis

Andressa Frota
Francine M. T. Mangia
João Pedro Assumpção

1. Introdução

A desigualdade de renda é uma realidade em todo o planeta, difunde-se com imensa facilidade e alguns a consideram inevitável, como parte da natureza humana. Apesar de parecer irremediável em vários cenários, ela é motivo de grande discussão. Isso se deve, especialmente, por não existir um consenso com relação aos impactos causados pela sua existência e por não se saber quais seriam os níveis aceitáveis de desigualdade de renda dentro de uma sociedade, além do desafio em encontrar formas para alcançar tais desejáveis níveis (WIL, 2018, pp. 8).

Somado a isso, essa discussão permanece tão importante e atual, pois não abarca apenas questões de viés econômico, como por exemplo, o esmagamento da classe média e a estagnação das classes mais pobres com o aumento da desigualdade de renda (WIL, 2018, pp.17 e 18), mas também abrange questões de caráter político-ideológico e social. É possível de observar em determinadas linhas de pensamento como o liberal, de que forma tal caráter está presente na discussão, já que esta não encara a desigualdade como um problema por si só. Para os liberais, a sociedade é marcada pela diferença entre os indivíduos, sejam elas de capacidade ou interesse, então, qualquer tentativa de “nivelamento” da sociedade seria contraproducente e atuaria contra a própria natureza e liberdade do indivíduo.

Para pensar sobre a desigualdade de renda é importante e necessário considerar outras formas de desigualdade, principalmente no caso do Brasil em que as estruturas econômicas e sociais se fundamentaram na opressão de diversos grupos. Após discutir sobre o problema da desigualdade de renda, é demasiado relevante pensar a respeito de formas de enfrentar a questão. Porém, como será trabalhado mais à frente, uma análise do cenário brasileiro mostra desafios para todos aqueles engajados no combate dessas desigualdades.

2. O problema da desigualdade de renda no Brasil

De acordo com o *World Inequality Report 2018*, a desigualdade de renda no mundo vem aumentando progressivamente desde 1980, tendo ocorrido de forma mais acentuada na América do Norte, China, Índia e Rússia. Diante de uma perspectiva histórica, essa data marca o momento quando muitos desses países encerraram um regime político-econômico que predominou no pós-II Guerra, regime esse que promovia e buscava garantir a equidade de oportunidades e a distribuição da riqueza (WIL, 2018).

Esse cenário se mostra um pouco diferente no Brasil e em alguns outros países da África e Oriente Médio, onde a desigualdade de renda permaneceu em níveis altíssimos e estáveis nas últimas décadas, nunca tendo participado do regime de bem-estar social promovido pelos países desenvolvidos (WIL, 2018). No Brasil especificamente, devemos considerar suas raízes históricas desde os tempos de colônia até hoje. Destacam-se a economia voltada para a exportação de produtos agrícolas e a presença massiva de escravos para compor a força de trabalho durante o século XIX como características fundamentais para o estabelecimento de uma desigualdade de renda quase que intrínseca ao Estado.

Costa Ribeiro estuda a transformação do quadro social brasileiro ao longo do século XX, apontando algumas das causas e consequências que levaram ao atual estado de desigualdade no Brasil. Primeiro, aponta para uma “herança rural” através da qual boa parte da população vem de regiões rurais caracterizadas pela falta de recursos e pelas poucas oportunidades de adquirir conhecimento. Segundo, pela deficiência do sistema educacional brasileiro que foi incapaz de capacitar a população ao longo das transformações vividas no século XX. Terceiro, como o processo de industrialização seja ele urbano ou rural se configurou através da manutenção dos setores “moderno” e “tradicional”, em que bolsões são formados de forma a separar a mão de obra qualificada (e bem remunerada) da mão de obra não qualificada (e mal remunerada) (Costa Ribeiro, 2007).

3. Caminhos possíveis

Para combater a desigualdade de renda e suas possíveis consequências catastróficas, algumas instituições e projetos como o próprio *World Inequality Report 2018* e a *Oxford Committee for Famine Relief (OXFAM)*, vem propondo alternativas que se demonstraram eficazes ao longo da história, mesmo quando utilizadas com objetivos distintos.

Uma das soluções que aparecem como unanimidade é uma reforma do sistema tributário, transformando-o em um sistema tributário progressivo de forma a incidir uma carga tributária maior sobre os mais ricos e menor sobre os mais pobres (WIL, 2018). Assim como avançar no combate a mecanismos de evasão e elisão fiscal, que são muito presentes no Brasil (OXFAM, 2017).

Outra solução que surge de forma unânime é o aumento dos gastos públicos especialmente nas áreas de saúde, educação e proteção ambiental, de forma a impedir que desigualdades presentes hoje se transformem em algo ainda pior (WIL, 2018). A educação, por exemplo, possibilita que uma grande camada da sociedade adquira conhecimento e se torne mais produtiva, assim como o fato de que o aumento da oferta de trabalho reduz as diferenças salariais e, por conseguinte, a desigualdade (Charleaux, 2017).

Esse investimento público deve ser garantido através da formalização do mercado de trabalho, de forma a reduzir o desemprego ao mesmo tempo em que garante e possibilita o exercício do

trabalho digno. Essa garantia pode ser conquistada através de uma legislação trabalhista robusta e políticas de valorização do salário mínimo (OXFAM, 2017).

Dentro do processo de análise da desigualdade de renda no mundo e possíveis soluções a ela, percebemos que não só as causas de sua atual configuração são estruturais, mas as formas de resolvê-la também. Portanto para que as soluções para a desigualdade de renda sejam encontradas e definidas de forma definitiva é necessário “aumentar o acesso da população ao sistema político e limitar a excessiva influência de elites sobre a produção e implementação de políticas públicas” (OXFAM, 2017).

Um desses caminhos possíveis diz respeito à uma solução que relaciona outra forma de desigualdade, a racial. Trata-se do conceito de “*black money*”, uma forma de valorizar o empreendedorismo da população negra e também de investir no mercado consumidor. O movimento prega o uso do dinheiro de forma consciente, em prol do fortalecimento dos afro-empREENhedores, com a intenção de envolver o povo negro a partir do consumo dentro da própria comunidade. Isso se dá através do consumo de produtos de empreendedores negros e, também, com o apoio às instituições parceiras.

Um exemplo de empresa afro-empREENhedora é a rede Beleza Natural, criada e fundada por uma família de negros, teve como intenção inicial incentivar a mulher negra a cuidar dos cabelos sem que houvesse uso de um processo químico tão prejudicial aos cabelos crespos. Esse método deu uma visibilidade enorme para a empresa, visto que a maioria dos salões de beleza e da indústria tradicional têm foco em cabelos lisos ou propõem produtos de alisamento, tentando embranquecer a população negra. A empresa cresceu tanto que hoje possui filial em Nova Iorque. Pequenos quiosques com poucos produtos expostos, deram lugar à grandes empresas, com diversas filiais espalhadas pelo país. É importante destacar que, em meios alternativos como este, a representatividade, o espírito de comunidade e a solidariedade são pontos chave e cruciais para o sucesso, transformando, em parte, a maneira como se dá a lógica capitalista. É possível comprar de um vizinho que faz peças exclusivas, sob medida, com preços acessíveis. Desenvolve-se maior sensibilidade e humanização, o que faz com que as ações não sejam baseadas apenas em torno do dinheiro.

Ainda na lógica do empreendedorismo, tem-se a participação de Organizações Não Governamentais e Organizações Internacionais atuando para reduzir as desigualdades de renda através de projetos que captam recursos para o terceiro setor¹ e geram desenvolvimento, atuando muitas vezes em conjunto com o setor privado. São famosos os projetos de microcrédito² na Índia, com o intuito de combate à pobreza. Eles funcionam a partir de ONGs e/ou empresas que cedem esse microcrédito para gerar renda através da criação de novos negócios, permitindo que a dívida seja paga com juros possíveis de serem quitados por grupos de pessoas mais pobres.

Outro viés, mais solidário e comunitário, pode ser observado no “*Barefoot College*”, que é um exemplo de alternativa que não está centrada na lógica capitalista, não é baseada no aumento da renda das pessoas, mas no aumento da qualidade de vida e da valorização de outras formas

(1) “[...] o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, vis-à-vis do Estado e do mercado. Ele é portanto considerado como um setor à parte, que viria se ajustar funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado. É, portanto, nessa perspectiva de interpretação que o termo terceiro setor aparece, em alguns casos, como justificação ideológica do desengajamento do Estado em termos de ação pública” (França Filho, 2002, pp. 11).

(2) “*During the 1990s, the provision of financial services dealing with very small deposits and loans — microfinance — and particularly the provision of microcredit, have been increasingly acclaimed as effective means of poverty reduction. There is continuing and quite rapid improvement in understanding how financial services for poor people can best be provided. [...] Private sector non-profit organisations [...] aiming to bring about reductions in poverty have become increasingly involved in providing financial services. Of those NGOs, most have experience of savings and credit, often linked to programmes of income generation*” (JOHNSON, 1997, pp. 9).

de conhecimento, muitas vezes consideradas inadequadas e insuficientes pelo mercado³. A ideia inicial do fundador Bunker Roy era encontrar maneiras alternativas de lidar com as questões de pobreza e desigualdade, proeminentes na Índia. Trata-se de uma organização voluntária que trabalha nas áreas de educação, desenvolvimento de habilidades, saúde, água potável, capacitação de mulheres e eletrificação através da energia solar para a elevação da população rural (Lang-Wojtasik, 2014). O *Barefoot College* visa ensinar as pessoas da sua comunidade as habilidades básicas necessárias de sobrevivência, sem ter que contratar pessoas para fazer o trabalho simples (Lang-Wojtasik, 2014). Esta forma de reconhecimento e ampliação de conhecimentos fez com que os cidadãos se tornassem mais eficientes, eficazes, engenhosos e conhecedores que lutam para ter uma sociedade produtiva e lucrativa (Lang-Wojtasik, 2014, pp. 95).

4. Desafios

No entanto, o que vivemos no Brasil e em alguns outros Estados do mundo é uma situação cujas soluções apresentadas anteriormente não têm espaço. Logo nas primeiras páginas de projeto de governo, Jair Bolsonaro já deixa claro o tipo de política que deseja implementar, demonstrando claramente a vertente liberal de seu novo Governo: “Os frutos das nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas”.⁴

Bolsonaro também propõe uma Reforma Tributária, mas ao contrário de propor uma reforma progressiva, ele propõe a unificação de tributos e a radical simplificação do sistema tributário. De forma que ricos e pobres pagariam a mesma porcentagem referente à sua renda ao longo do ano, o que aumentaria ainda mais a desigualdade.

Ao invés de aumentar os recursos destinados à educação, Bolsonaro pretende reduzi-los com técnicas como o “Orçamento Base Zero”. Ao mesmo tempo em que pretende legitimar o ensino a distância, dando destaque ao ensino técnico voltado para a produtividade, acentuando as disparidades entre os setores “modernos” e “tradicionais”, como apontado por Costa Ribeiro. Ao contrário do que as instituições antes citadas recomendam, o novo governo pretende reduzir os investimentos na educação. Como não há como garantir essa falta de investimentos, o governo pode acabar por optar reduzir gastos em outros setores, como por exemplo, provavelmente ocorrerá a redução dos direitos trabalhistas com a criação de uma nova carteira de trabalho.

Como indicado anteriormente à respeito da ideologia Liberal, não há preocupação com a desigualdade, ela a encara como um fato natural da nossa sociedade e da diferença entre os indivíduos. Isso se torna evidentemente claro quando analisamos as políticas propostas pelo governo Bolsonaro em seu projeto de governo e nos deparamos com a necessidade de buscar soluções alternativas ao Estado.

Portanto, a partir de uma conjuntura cada vez mais problemática, existem algumas alternativas para a redução da desigualdade de renda de forma independente do Estado. O fator chave que

(3) “There is a spiritual dimension in the College because working relationship depends totally on mutual trust, tolerance, patience, compassion, equality and generosity. The idea is to apply the knowledge and skills the poor, the deprived, the neglected, the semiliterate and the impoverished rural poor already possess for their own development thus making them independent and let them live with self respect and dignity. No one comes to work for the money, power, position or security. However long you stay no one can get more than US-\$150/month. The difference between the highest and lowest paid is not more than 1:2. There have been no written contracts for 30 years. Very few people leave because in spite of their incredible skills they are “unemployable” in the eyes of the world. We are so paranoid and misguided about degrees and qualifications supposed to certify capacity and competence” (Ernst, 2009, pp. 11).

4 **Bolsonaro**, c2019. Disponível em < <https://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em 02 de out. 2019.

une todas essas alternativas é a sociedade civil, por ser ampla, já atuante e permitir a existência de diferentes lógicas. Foram apresentadas formas desde o empreendedorismo, passando pela captação de recursos para o terceiro setor, até um projeto que desafia a lógica do capitalismo e existe baseado na solidariedade e no compartilhamento de saberes. Entretanto, o cenário político não é favorável, já que ações da sociedade civil autônomas, baseadas na lógica da solidariedade e da comunidade, podem ser consideradas uma ameaça à agenda proposta pelo novo governo. Por isso, elas serão cerceadas, não se sabe ainda se gradativamente ou de forma mais abrupta. São preocupantes as consequências que a sociedade civil sofrerá, já que governos autoritários tendem tomar medidas para tentar diminuir o poder de atuação desta, em busca do monopólio do poder.

Somados aos desafios citados acima, existem complicações e críticas possíveis dentro dos próprios caminhos e alternativas sem a atuação do Estado que foram citados para a combater a desigualdade de renda. A começar pela opção liberal do empreendedorismo, no caso do black money assim como na captação de recursos para o terceiro setor, há de se reconhecer que os impactos são pequenos em um cenário mais amplo. Em primeiro lugar, há complicações por ser uma iniciativa que age dentro do mesmo sistema e da lógica responsáveis pela criação e aumento das desigualdades, o que impede as necessárias mudanças estruturais. A dificuldade de realizar projetos do terceiro setor a partir de recursos independentes do Estado, muito provavelmente, reduzirá a frequência destes, impedindo, em certa medida, que a sociedade civil contribua para o desenvolvimento de áreas e grupos já vulneráveis. Além disso, possivelmente haverá grande negligência com esses grupos sociais, como é possível observar nas propostas de governo e nos discursos feitos até então. No que diz respeito ao microcrédito, ele contribui de maneira limitada e sob circunstâncias específicas, que caso não ocorram tornarão o microcrédito com valor nulo ou com consequências prejudiciais:

“Microfinance responds to the derived demand for borrowing to support self-employment and small business. Thus unlike other schemes, it requires both entrepreneurial skill and a favorable local market. Without them, the returns to the investments financed by microfinance are likely to be small, and so, too, are any reductions in overall poverty. Even if the induced marginal gains from microborrowing are large for participants, the effect of the accrued total benefits on aggregate poverty are likely to be small, for [...], microfinance transactions are too small to exert a large impact on aggregate poverty” (Khandker, 2005, pp. 2).

5. Conclusão

Portanto, a conclusão a que se pode chegar é que os desafios para a redução da desigualdade de renda são enormes, mesmo com ações estatais. Mas, isto não significa que é preciso desistir e abandonar quaisquer tentativas de combate à desigualdade de renda, apenas que deve haver maior preparação e planejamento diante dos obstáculos. É importante afirmar que, considerando que este é um problema estrutural, sistêmico, as medidas a serem tomadas para que haja mudanças efetivas, mais profundas, também devem ser de cunho estrutural. As alternativas aqui apresentadas visam mitigar o problema, nas devidas proporções possíveis. A sociedade civil contribui e ainda tem muito a fazer diante da desigualdade de renda, é preciso que continue agindo e que, talvez, novas abordagens e estratégias sejam colocadas em prática. O que se pode afirmar com maior certeza é que a criatividade é ponto fundamental para lidar com a questão atualmente e mais ainda será no futuro.

6. Referências Bibliográficas

CHARLEAUX, João Paulo. **O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil** . 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil** . 2003. ed. Bauru -SP: EDUSC, 2007. 312 p.

ERNST, Richard et al. *Overcoming inequality through education*-2009. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. 2002.

JOHNSON, Susan et al. **Microfinance and poverty reduction**. Oxford: Oxfam, 1997.

KHANDKER, Shahidur R. Microfinance and poverty: Evidence using panel data from Bangladesh. **The World Bank Economic Review**, v. 19, n. 2, p. 263-286, 2005.

LANG-WOJTASIK, Gregor. *Barefoot College, Tilonia: Interview with Teja Ram*. **Other Education**, v. 3, n. 1, p. 89-95, 2014.

OXFAM Brasil. **A Distância que nos Une**. São Paulo, 2017, 94p

ROY, Bunker. *The barefoot approach*. In: **Villages in the Future**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2001. p. 119-121.

World Inequality Lab. **World Inequality Report 2018**. Paris, 2017. 300p

Sobre os autores

Andressa Frota, Francine M. T. Mangia e João Pedro Assumpção são estudantes da graduação de Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Nesta publicação, desenvolveram uma reflexão sobre as distintas dimensões do problema da desigualdade como exercício final do curso de estudos avançados “Desigualdades e políticas públicas nas sociedades contemporâneas”, ministrada pelo professor Sérgio Veloso dos Santos Júnior.



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro / RJ - Brazil

Phone: (+55 21) 2535-0447 / ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

